



Informativo do **sindPREvs** FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná



FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

NOTÍCIAS EM DESTAQUE 22 DE ABRIL





Dilma sancionou aumento
verba pública dos partidos é TRIPLICADA !
 de 289 milhões para **867 milhões**



Assalto institucionalizado



Metade dos trabalhadores não pagaria IR se tabela fosse corrigida

A correção integral da tabela do Imposto de Renda (IR) pela inflação traria forte alívio financeiro aos trabalhadores formais. Estudo da PUC-RS e do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon-RS) mostra que metade dos assalariados do País simplesmente deixaria de pagar IR sobre os rendimentos do trabalho formal se a defasagem histórica fosse corrigida.

Segundo o levantamento, o número de contribuintes com desconto de IR nos salários cairia de 15,1 milhões para apenas 7,6 milhões no ano de 2013. No recorte do Estado de São Paulo, essa redução no contingente de pagadores seria ainda maior: de 5,3 milhões para 2,6 milhões.

"A correção da tabela abaixo da inflação é uma política que se eternizou e que agrava a injustiça tributária no País", afirma Milton Stella, coordenador do Departamento de Economia da PUC-RS. De 1996 a 2013, a discrepância entre as correções da tabela progressiva e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) somou 61,3%.

Se esse percentual tivesse sido aplicado às faixas de cobrança, o valor da isenção saltaria de R\$ 1.711 para R\$ 2.760, em 2013. "Essa diferença de mil reais já tiraria metade do contingente de assalariados do alcance do Fisco", explica Gustavo Inácio de Moraes, professor da PUC-RS. O estudo, segundo ele, teve como base os microdados da Rais, um banco de informações do Ministério do Trabalho e Emprego. Além dos celetistas, a Rais reúne informações sobre temporários e avulsos e servidores públicos estatutários. Essa correção abaixo da inflação equivale a uma alta de alíquotas sem a correspondente alta da renda - o que reduz o poder de compra. Em 1996, a faixa de isenção da tabela beneficiava quem recebia até oito salários mínimos - relação que despencou para 2,5 em 2014. Nesse caso, no entanto, o número também sofre influência dos ganhos reais concedidos ao piso da remuneração nos últimos doze anos. Mas há outros exemplos: em 1996, era possível comprar quase 12 cestas básicas com o valor da isenção, contra seis atualmente. Ou 1,4 mil litros de gasolina, ante 656 hoje.

"O ideal seria vincular a correção da tabela à inflação mais um percentual, assim a defasagem seria gradualmente reduzida. Mais ou menos como foi feito com o mínimo", diz Diogo Chamun, presidente do Sescon-RS.

Arrecadação

Para os cofres públicos, os efeitos dessa prática tributária são significativos. Apenas em 2013, a defasagem significou um incremento de 60% na arrecadação de IR retido na fonte sobre os rendimentos do trabalho e os chamados outros rendimentos (que incluem, entre outros, benefícios por vantagem trabalhista e FGTS). Segundo o estudo, o governo recolheu R\$ 88,8 bilhões no período - R\$ 33,5 bilhões a mais do que teria arrecadado se a tabela tivesse sido reajustada pelo IPCA desde 1996.

E isso representa apenas uma fatia de toda a arrecadação do IR retido na fonte em 2013, que somou R\$ 140 bilhões. Se fossem considerados os rendimentos do capital e as remessas ao exterior, o impacto na arrecadação federal seria ainda maior.

De acordo com o estudo, mesmo que o contribuinte receba parte do imposto de volta na forma de restituição no ano seguinte à retenção, esse valor da ordem de R\$ 30 bilhões ainda se manteria. Isso porque o limite do desconto simplificado também está defasado - o que reduz o valor das devoluções. Segundo os cálculos, o teto do desconto deveria passar de R\$ 15,2 mil para R\$ 24,5 mil, em 2013, para dar conta de toda a defasagem. (FONTE: AGÊNCIA ESTADO)

Câmara aprova anistia para servidores federais grevistas

Conforme o projeto, que será analisado ainda pelo Senado, serão canceladas todas as sanções administrativas aplicadas aos funcionários em razão de participarem de movimentos reivindicatórios. Os efeitos, porém, não terão retroatividade para fins de salário.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou no último dia 9 o Projeto de Lei 1781/99, do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), que anistia os servidores públicos federais que participaram de greve desde 5 de outubro de 1988, data de publicação da Constituição.

Como foi aprovado em caráter conclusivo, o texto não precisará passar pelo Plenário da Câmara, exceto se houver recurso. A proposta ainda será analisada pelos senadores.

Conforme o projeto, serão canceladas todas as sanções administrativas, que repercutem negativamente na ficha funcional do servidor, como faltas ao serviço. Os efeitos, porém, não terão retroatividade pecuniária (dinheiro).

O relator na CCJ, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), defendeu a constitucionalidade da matéria.

Direito de greve

De acordo com Jovair Arantes, a falta de uma regulamentação do direito de greve prejudica os servidores. "Para os trabalhadores da iniciativa privada, a greve é um direito natural, enquanto para os servidores não passa de concessão 'generosa' do legislador", afirmou.

Arantes argumenta ainda que a falta de uma norma para o serviço público dificulta os movimentos reivindicatórios, já que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestou contra o direito de greve dos servidores devido à falta de uma regulamentação. "É a partir desse quadro que a aprovação do projeto permite, pelo menos, que os servidores não sejam ainda mais castigados por força da inércia presidencial", ressaltou. A iniciativa do projeto sobre a regulamentação do direito de greve é privativa da Presidência da República.

Faltas

A participação em movimento reivindicatório inclui a paralisação do trabalho, o esforço de convencimento por meios pacíficos, o comparecimento a assembleias sindicais, o descumprimento de ordem escrita ou

verbal dada no período da greve e outras formas de manifestação efetivadas sem emprego de meios violentos.

A falta ao serviço atrasa o exercício de direitos dos servidores, como aposentadoria, contagem de tempo para licença sem vencimentos e outras.

A regra do projeto não será aplicada a servidores anistiados em decorrência de outras leis específicas.

(FONTE: AGÊNCIA CÂMARA)

Comissão quadripartite faz últimas negociações sobre o PL 4.330

Criado rapidamente e de modo informal, grupo de representantes do Executivo, Legislativo, trabalhadores e empresariado já teve duas reuniões e deverá ter outras na próxima quarta-feira

por Hylda Cavalcanti, da RBA publicado 20/04/2015 10:30, última modificação 20/04/2015 11:29

WILSON DIAS/ABR/FOTOS PÚBLICAS



Votação dos destaques deve ser retomada na quarta-feira

Brasília – Embora de forma discreta, a comissão quadripartite criada para negociar os pontos polêmicos do Projeto de Lei (PL4.330, referente à terceirização, começou a funcionar na última quinta-feira (16), menos de 15 horas pós o adiamento da votação das emendas de destaque ao texto pela Câmara dos Deputados.

Foram feitas reuniões entre representantes de centrais sindicais e da base aliada com técnicos do Ministério do Trabalho durante o dia e, à noite, o relator da matéria, deputado Arthur Maia (SD-BA), foi chamado pelo vice-presidente, Michel Temer, ao Palácio do Jaburu para conversar sobre o assunto.

Maia confirmou, por meio de sua assessoria, que está disposto a participar das negociações e a colaborar com o governo – que passou a defender o pleito dos trabalhadores e a trabalhar para mudar vários itens do PL.

O deputado tem reiterado para colegas que vai cumprir sua tarefa, enquanto relator da matéria, de ouvir todos os setores e, por isso, está disposto a comparecer a todas as reuniões a serem feitas até quarta-feira (22) – data programada para a retomada da votação do projeto.

Mas, ao mesmo tempo, deixou claro que manterá no seu relatório a terceirização para todos os ramos da atividade, que, a seu ver, se modificado, contribuirá para uma mudança drástica em todo o texto.

Ao falar com a imprensa, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), principal responsável pela insistência para inclusão da matéria na pauta da Casa sem uma discussão mais aprofundada, reiterou que trabalhará para que a votação ocorra na quarta-feira sem novos adiamentos.

Segundo Cunha, o PMDB – partido que integra e que já foi líder – continua defendendo a aprovação do projeto da forma como se encontra. “O texto-base já foi aprovado. Agora, se tiver de ser retirado o item atividade-fim do seu teor, a questão tem que ser com os deputados”, acentuou. (FONTE REDE BRASIL ATUAL)

Fundo partidário e o salário mínimo de R\$77 mil

“Dilma sanciona aumento do fundo partidário para R\$ 868 milhões

A presidente Dilma Rousseff sancionou o Orçamento Geral da União de 2015 sem vetar a proposta que triplicou os recursos destinados ao fundo partidário, uma das principais fontes de receita dos partidos políticos, hoje com dificuldades de financiamento por causa da Operação Lava Jato.

Em seu projeto original, o governo destinava R\$ 289,5 milhões para o fundo, mas o valor foi elevado para R\$ 867,5 milhões pelo relator do Orçamento no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR).”

Há anos batemos na tecla do fundo partidário aqui e sobre seu aumento ([aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)). Em 1994, o fundo partidário era de ‘meros’ R\$729 mil. Um custo de R\$1,4mil por deputado. Neste ano, o

custo bate em R\$1,662 milhão por deputado. Um aumento de 1.586% em 21 anos.

Para por esse aumento em perspectiva, em 1994 o salário mínimo era de R\$64.79. Se ele tivesse aumentado na mesma proporção, este ano seria de R\$77.127.

Outra forma de pensar sobre o aumento: se o PIB brasileiro houvesse aumentado na mesma proporção que o fundo partidário, ele teria saltado de US\$574 bilhão em 1994 para US\$683 trilhões em 2015. O Brasil estaria gerando, por ano, o equivalente ao PIB mundial combinado em toda uma década. Seria não só a nação mais rica do mundo, mas a nação mais rica em toda a história humana.

Ações da Berkshire Hathaway, a empresa do bilionário Warren Buffet, considerado o mais bem sucedido investidor no planeta, valorizaram 'meros' 1.182% no mesmo período, o suficiente para fazer de Buffet o terceiro homem mais rico do mundo.

Mas talvez o mais interessante neste debate não seja sequer o valor, mas o seu uso.

Diz a [lei](#) que ele deve ser usado para a manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título (observado neste último caso o limite máximo de 50% do total recebido), na propaganda doutrinária e política, no alistamento e campanhas eleitorais, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política (sendo esta aplicação de, no mínimo, 20% do total recebido), e na a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (mínimo de 5% do total).

Ou seja, fora o fato de que 5% precisam ser usados para a promoção de políticas de participação feminina, 20% na criação de institutos e fundações de pesquisa e doutrinação partidária, e não se poder usar mais de 50% para o pagamento de pessoal (o que no caso de um partido como o PT, atualmente o partido que recebe a maior proporção do fundo (13%), pode ultrapassar R\$58 milhões por ano), não há limites objetivos no uso. Se um partido quiser usar tal dinheiro para financiar campanhas, pode. Mas se quiser usá-lo para contratar candidatos rejeitados nas urnas mas com forte presença interna, também pode.

Mesmo o limite de 50% para o pagamento de pessoal pode ser manipulado. Basta que a pessoa seja contratada não como empregado, mas como empresa prestadora de serviços de campanha eleitoral, aos institutos e fundações de pesquisa e assim por diante. (FONTE: FOLHAPRESS)

Para ministros do TCU, falhas na Previdência ameaçam contas de Dilma

Novo furo no casco Ministros do Tribunal de Contas da União consideram que falhas da Previdência terão impacto maior no julgamento das contas de 2014 de Dilma Rousseff que a chamada “pedalada fiscal”. Para integrantes da corte, os R\$ 2,3 trilhões não contabilizados em passivos da Previdência no ano passado são “graves”, serão levados em conta pelo relator Augusto Nardes e, somados à maquiagem fiscal feita com recursos de bancos públicos, ampliam o risco de rejeição das contas da presidente.

Maré 1

O TCU também começa a rever sua posição sobre os atos do Conselho de Administração da Petrobras.

Maré 2

Ministros acreditam que há possibilidade real de que Dilma, que presidiu o órgão, seja responsabilizada em ao menos um dos 40 processos. Em 2014, ela escapou de ser implicada na compra da refinaria de Pasadena.

Ruído

Aécio Neves vai procurar FHC antes de um eventual pedido formal de impeachment da presidente. O PSDB quer mostrar, diante de pareceres de juristas respeitados, que tem agido com “cuidado institucional”. GPS Diante da divisão interna, a bancada tucana da Câmara faz nesta semana seminário para definir estratégia de ação. Fernando Henrique é um dos convidados.



Saudade

Enquanto FHC discursava em Comandatuba, Romero Jucá (PMDB-RR), que foi seu líder, assentia. “Ele está concordando tanto que vai ficar com torcicolo”, brincou um aliado do senador.

Pra cima

A decisão do governo de questionar as contas de FHC foi tomada por Aloizio Mercadante (Casa Civil), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral), na sexta-feira.

Tom

A conclusão foi que, uma vez que não há jurisprudência no TCU a respeito da “pedalada” fiscal, a estratégia poderia reduzir a pressão sobre as contas de Dilma.

Ninho

Depois de se encontrar na sexta-feira com Luiz Edson Fachin, o governador Beto Richa (PSDB-PR) telefonou para Aécio e defendeu a aprovação do jurista indicado por Dilma para o STF.

Atropelo

A equipe de Rodrigo Janot ficou em alerta com os atos da Polícia Federal na Lava Jato ao descobrir que um delegado foi ao gabinete de Teori Zavascki no STF para despachar com o juiz auxiliar Márcio Schiefler sem a presença de um representante da procuradoria.

Na conta

De 2009 a 2011, os veículos da Editora Atitude, acusada de intermediar propina na nova fase da Lava Jato, receberam cerca de R\$ 1,9 milhão do governo federal, em valores corrigidos.

Claquete

Agências de publicidade e produtoras que atuaram para campanhas e partidos temem que aconteça com o setor o mesmo que se deu com as empreiteiras: devassa generalizada e prisões depois dos novos desdobramentos da Lava Jato.

Desidratação

Na reta final para bater o martelo sobre a fusão, as direções de PTB e DEM estimam que a bancada na Câmara cairá de 49 para 43 deputados.

Pré-nupcial

Em São Paulo, o DEM quer que o PTB reveja a decisão de apoiar Celso Russomanno (PRB) para a prefeitura da capital.

Quem manda

Tanto no caso da negociação PTB-DEM quanto na do PSB com o PPS devem prevalecer a sigla e o número do maior partido.

De honra

A presidente do PTB será Cristiane Brasil, e o do PSB, Carlos Siqueira. José Agripino e Roberto Freire devem presidir as fundações Tancredo Neves e João Mangabeira, que serão mantidas.

TIROTEIO

Dilma não pode ter imunidade no segundo mandato. Seria dizer que, na reeleição, vale cometer crimes que prescrevem após a posse.

DO DEPUTADO BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE), líder da minoria, em referência à tese de que a presidente não pode ser processada por atos do mandato anterior.

CONTRAPONTO

Batucada candanga

Deputados e senadores conversavam no sábado, após o jantar no Fórum de Comandatuba, e comentaram a decisão de Aécio Neves (PSDB-MG) de se mudar do Rio para Brasília com a mulher e os filhos gêmeos. Um colega do Congresso comentou que o tucano deverá ter dificuldade para se adaptar à vida na capital. –Acho que ele não vai o que fazer no domingo à tarde, em vez de caminhar na praia.

Um deputado amigo de Aécio brincou:

–Bom, se a Dilma resolver fazer pronunciamento na TV, ele já tem programa: sair na varanda e bater panela! (FONTE: PAINEL FOLHA)

PT teme fechar as portas por conta da Lava Jato, afirma jornal



O Partido dos Trabalhadores teme ter que fechar suas portas por conta das investigações da Operação Lava Jato. A cúpula petista teme que as ações dos investigadores “inviabilizem” o funcionamento do partido e possam levar inclusive à cassação do registro da legenda. As informações são do jornal Folha de S.Paulo. A situação já era considerada crítica pela cúpula petista antes mesmo da prisão de seu então tesoureiro, João Vaccari Neto, na última quarta-feira (15). Segundo a Folha, pessoas ligadas ao partido acreditam que a operação fará com que o partido sofra sanções financeiras a fim de ressarcir os cofres públicos.

A multa, ainda de acordo com a Folha, giraria em torno do valor correspondente ao citado por Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, afirmou ter passado ao PT e a Vaccari durante depoimento em delação premiada. Na ocasião, o ex-funcionário da estatal afirmou que o partido recebeu, entre 2003 e 2013, entre US\$ 150 milhões em US\$ 200 milhões.

A preocupação do PT se dá pela falta de recursos que a eventual multa geraria ao partido. Para efeito de comparação, o fundo partidário petista arrecadou em 2014 cerca de R\$ 25 milhões, valor muito inferior ao da possível multa. A tática para se livrar da multa seria afirmar que os recursos de todos os partidos vinham das construtoras investigadas, fazendo com que todos também recebessem multa. (FONTE: YAHOO NOTÍCIAS)

O relato de um “comunista de merda” infiltrado na manifestação em Copacabana



Negros, outra vez, são vistos mais carregando um isopor do que cartazes

Três enormes carros de som guiam algumas milhares de pessoas pela orla de Copacabana no protesto desse domingo contra o PT.

No alto de cada um deles, um grupo de homens e mulheres bem definidos reveza o microfone, mas os discursos também são bastante parecidos.

Todos exigem a saída do PT do poder, e assim intervencionistas militares, jurídicos ou favoráveis à renúncia marcham lado a lado pacificamente.

O clima é de um jogo da seleção da CBF no Maracanã, visto do setor mais caro das arquibancadas. Muitas famílias que capricharam no look em degradês de verde-amarelo, sorrisos, selfies e cerveja gelada.

Um jogo em que o juiz é ladrão e o único responsável pelo mau desempenho do time.

“Fora Dilma!” grita então o alto-falante, e é acompanhado em coro pela pequena multidão, que logo cansa de repetir o mantra. O trio elétrico anuncia que é hora de música.

“Diz aí Gabriel o Pensador!”. Em seguida tocam O Rappa e Geraldo Vandré.

“Para não dizer que não falei das flores”, um hino contra a ditadura, ganha uma paródia surrealista na voz de manifestantes pró-intervenção militar, não se sabe ainda se por cinismo, psicopatia ou ignorância.

Acredito que os artistas devem se manifestar a respeito.

A música é interrompida quando o carro de som chama a polícia para “retirar” do protesto um “comunista de merda” visto com uma bandeira vermelha.

Há vários registros de violência contra pessoas identificadas com símbolos ou cores comunistas durante esses protestos. O melhor talvez seja o de um senhor que vestia uma camisa com a clássica imagem da foice e do martelo e dançava, sem dizer nada, e foi chutado e derrubado por manifestantes, antes de ser salvo ou preso pela polícia.

“Muito obrigado Polícia Militar. Vocês são nossos heróis!”, grita o auto-falante, e a pequena multidão aplaude.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro – que essa semana matou um menino de 10 anos na porta de casa, em uma favela com intervenção militar “contra as drogas” – recebeu durante o protesto só carinho e gratidão.

Além de expulsar comunistas infiltrados, era requisitada para muitas fotos entre sorrisos e metralhadoras.

“Traficante tem que mandar é pra Indonésia, quem aqui não ajuda a pagar a passagem de um traficante pra Indonésia, passagem só de ida! HAHAHA”, grita o alto-falante.

Alguns policiais sorriem, muitos manifestantes levantam a mão e também gritam.

Como fazem com diversos outros personagens apresentados pelos líderes com a entonação e a pausa calculada, à espera da catarse da pequena multidão.

“Dilma saco de merda!” “Lula chefe da quadrilha!”

Em 1984, de George Orwell, foi instituída a “Semana do Ódio”, em que as pessoas se reuniam para odiar um inimigo apresentado pelas autoridades. Em Copacabana, os líderes não são autoridades, mas pessoas comuns que viram nos protestos uma oportunidade de liderar revoluções, golpes, processos democráticos... ou simplesmente de ganhar dinheiro.

“Aceitamos doações, o que cada um quiser contribuir para fortalecer a nossa luta contra a corrupção, contra esse governo corrupto, dominado pelo Foro de São Paulo comunista!”, diz um dos líderes com a camisa polo do kit pró-impeachment.

A luta e os negócios, porém, parecem chegar numa fase delicada.

Em comparação com os protestos de março, os desse domingo sofreram uma queda drástica no número de participantes. Em comparação com 1964, parecem a história repetida já como farsa.

A classe pobre ou miserável, que não era menos pobre nos governos anteriores, em que a corrupção do sistema e as desigualdades já existiam, continua longe desses protestos e parece ter mais medo da polícia do que dos comunistas do Foro de São Paulo.

Participa de outras manifestações, contra a chacina de crianças nas favelas, contra as terceirizações, contra a desigualdade, mas muito pouco do “Fora Dilma”.

“É porque são vagabundos que querem viver de bolsa ou ignorantes. Mas por isso precisamos levar nossa mensagem a todos, esclarecer a população sobre a urgência de tirar essa quadrilha do poder”, explica em tom didático e pacífico um dos líderes de camisa polo.

“Nem que seja à força!” grita outro no microfone.

Muitos manifestantes aplaudem e também gritam.

Militares aposentados com a farda empoeirada batem continência para selfies e senhorinhas bem arrumadas, maquiadas e cheirosas, dançam felizes.

Negros, outra vez, são vistos mais carregando um isopor do que cartazes.

Crianças dão gargalhadas com os palavrões ditos no alto-falante.

Alguns tem lágrimas nos olhos e outros parecem emocionados ou indiferentes em silêncio.

Alguns permanecem em transe, reviram os olhos e babam.

(FONTE: LEONARDO MENDES - JORNALISTA E ESCREVE NO BLOG VAN FILOSOFIA <http://filosofiavan.wordpress.com>)

Lula chegou a nomear Vaccari presidente da Caixa

Ex-tesoureiro preso foi até nomeado por Lula presidente da Caixa



Ex-tesoureiro preso do PT João Vaccari Neto. Foto: Luis Macedo/Câmara

A língua do ex-tesoureiro do PT João Vaccari é muito temida em razão de suas ligações íntimas com o ex-presidente Lula. São tão ligados que Vaccari chegou a ser nomeado presidente da Caixa Econômica Federal no primeiro governo Lula. Não assumiu porque não tinha nível universitário. Depois, Vaccari fez o curso de Relações Internacionais de olho na boquinha. Mas era tarde. O supercargos na Caixa nunca veio. A pretensão de Lula, nomeando Vaccari na Caixa, causou estranheza até nos lulistas mais empedernidos. Sabe-se agora porquê.

Stalinista fervoroso, Vaccari virou tesoureiro do PT pela fidelidade a Lula. É capaz de pegar pena longa para proteger o ídolo.

Lula não parece seguro quanto à lealdade de Vaccari, a julgar pelos recados nervosos enviados ao ex-tesoureiro.

Vaccari foi ao sacrifício na cooperativa dos bancários de São Paulo (Bancoop) para “limpar” o roubo, por lealdade a Lula e ao PT. (FONTE: CLÁUDIO HUMBERTO)

Documento registra depósitos 'picados' de R\$ 322,9 mil em conta de mulher de Vaccari

Os procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato anexaram ao novo pedido de prisão da cunhada de João Vaccari Neto, Marice Corrêa de Lima, o registro dos depósitos "picados" que somaram R\$ 322,9 mil feitos na conta da irmã e mulher do ex-tesoureiro do PT. Os depósitos fracionados, no limite próximo de R\$ 10 mil, sem identificação do depositante, na conta de Giselda Rousie de Lima são um dos elementos que levaram sua irmã Marice e o marido para a prisão. O ex-tesoureiro petista está detido desde o dia 15, preventivamente. A cunhada, desde o dia 17, e teve ontem sua temporária de cinco dias renovada pelo juiz federal Sérgio Moro - que conduz os processos da Lava Jato. "Tudo indica que Giselda recebe uma espécie de 'mesada' de fonte ilícita paga pela investigada Marice, sendo que os pagamentos continuam sendo feitos até março de 2015", informa o Ministério Público Federal, em pedido acatado nesta terça-feira, 21, pela Justiça Federal. Consta no documento ainda os valores de acima de R\$ 10 mil depositados em dinheiro na conta da mulher de Vaccari entre 2008 e 2012 sem identificação de origem que totalizar outros R\$ 260,5 mil. Os dados são da Informação nº 86/2015, da Procuradoria, anexado ao pedido. A força-tarefa da Lava Jato suspeita que a cunhada do tesoureiro do PT "funcionava como uma auxiliar para operacionalizar a propina destinada ao Partido dos Trabalhadores". Os investigadores acreditam que a cunhada "recebia vantagens indevidas destinadas a Vaccari". [VEJA INTEGRA DE DOCUMENTO DE ANÁLISE DE DEPÓSITOS PICADOS PARA MULHER DE VACCARI](#)

Nesta terça-feira, ao determinar a nova prisão de Marice, a Justiça considerou o fato de que ela teria mentido sobre ser a origem de depósitos não identificados para a conta da irmã, ainda este ano, segundo aponta o MPF. Imagens anexadas ao processo, das câmeras de bancos, mostram que a cunhada pode ter sido a origem desses depósitos e que eles teriam continuado até março.

Análise. Os analistas do Ministério Público verificaram operações de depósitos bancários ocorridas com "características de fracionamento" ou em valores próximos ao limite de identificação da operação pela instituição bancária - a Circular 3461/09, do Banco Central, estabelece que os bancos devem identificar transações realizadas com uma mesma pessoa que superem a quantia de R\$ 10 mil. "Em que pese a estruturação de depósitos não seja por si só ilícita, trata-se de expediente comum na lavagem de capitais", registrou o MPF. Em 2008, os depósitos fracionados na conta da mulher do tesoureiro do PT bateram em R\$ 16 mil. Já em 2011, saltaram para R\$ 109,1 mil. Em 2014, ano que estourou a Operação Lava Jato, os 'picados' abasteceram em R\$ 31,5 mil a conta de Giselda. A Polícia Federal segue ainda a análise do

material recolhido na casa de Marice no dia 15. Os investigadores receberam orientação para inspecionarem o apartamento 22 da Rua Penaforte Mendes, 157, bairro Cerqueira Cesar, em São Paulo, "tendo por objeto a coleta de provas relativa à prática dos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e de falsidade, além dos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro".

COM A PALAVRA, A DEFESA

O criminalista Cláudio Pimentel, que defende Marice Corrêa Lima, afirma que toda sua movimentação financeira está declarada no Imposto de Renda. Ontem, o advogado afirmou que não entrará com pedido de habeas corpus nos tribunais superiores. "Não há nenhuma razão para ela ficar presa. Ela jamais pensou em fugir. A demonstração inequívoca disso é que ela se apresentou. Afinal, quem quer fugir vai retornar ao Brasil, como ela fez espontaneamente?" (FONTE: AGÊNCIA ESTADO)

Sanepar e Cohapar têm 84 cargos comissionados ilegais, segundo o MP

Vagas, a maioria de indicação política, foram criadas em 2011 - primeiro ano de governo de Beto Richa - sem que houvesse previsão legal

Contrariando recomendação do Ministério Público (MP), a Sanepar e a Cohapar mantêm ativos 84 cargos comissionados considerados ilegais. Vagas criadas em 2011, primeiro ano do governo de Beto Richa (PSDB), sem previsão em lei. Na Sanepar, são 44 cargos comissionados, dos quais 30 ocupados, com salários entre R\$ 4,5 mil e R\$ 22,9 mil. Já na Cohapar são 40 funcionários, cujos salários não foram divulgados – a empresa se recusou a informar quem ocupa os cargos.



Uma das sedes da Sanepar em Curitiba: empresa responde a ação civil pública (Crédito: Daniel Castellano/Gazeta do Povo)

Na Sanepar, o Conselho de Administração da empresa se reuniu em 2011 e criou 30 cargos, nomeados como “consultores estratégicos”. Posteriormente, outros 14 foram incluídos. No entendimento do MP, para que um cargo comissionado em empresa pública exista, é necessário que haja uma lei. Em abril de 2014, o órgão recomendou que as funções fossem extintas, e que o Estatuto Social da empresa, que permite essa manobra, fosse alterado.

A Sanepar, no entanto, não cumpriu a determinação. Hoje, são 30 pessoas lotadas nestes cargos, que recebem juntas, mensalmente, R\$ 320 mil em salários. Uma parte considerável desses funcionários tem ligação com o grupo político do governador Beto Richa. Como a recomendação não foi cumprida, o MP ingressou em setembro com uma ação civil pública contra a companhia.

Já na Cohapar, também em 2011, o Conselho de Administração referendou uma decisão da direção de transformar funções gratificadas de diretores regionais, reservadas aos funcionários de carreira da companhia, em cargos comissionados de livre nomeação – ao todo, 40. O MP entendeu que tanto a extinção das funções quanto a criação dos cargos eram ilegais, pois precisariam do aval da Assembleia Legislativa.

Assim como no caso da Sanepar, o MP recomendou a anulação da decisão e estipulou prazo de 60 dias para que fosse realizado. A Cohapar descumpriu a recomendação. Segundo o MP, a investigação ainda está em trâmite e não há uma decisão sobre ingressar ou não com ação civil pública similar à da Sanepar.

Sindicato

As recomendações do Ministério Público foram motivadas por uma representação apresentada pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR). Segundo o presidente do órgão, Carlos Roberto Bittencourt, engenheiros das duas empresas fizeram denúncias sobre a suposta ilegalidade das ações dos

dirigentes. Além disso, diz Bittencourt, havia a suspeita de que alguns desses cargos estivessem sendo usados exclusivamente para loteamento político.

Outro lado

Por meio de nota, a Sanepar informou que “entende que a criação dos cargos está amparada na legislação”. “Os cargos são para preenchimento de vagas por profissionais qualificados”, diz o texto, que informa que “o número atual, de 44 cargos, é o mesmo de 2014 e representa 0,59% do quadro atual de empregados”. A Cohapar disse, também por nota, que está baseada em um posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU), que entende que a criação de cargos comissionados na administração indireta do estado é permitida sem a necessidade de previsão em lei.

Cohapar descumpra Constituição Estadual

A Cohapar se negou a fornecer a relação de funcionários da empresa à reportagem da Gazeta do Povo. A estatal argumenta que há uma decisão judicial que proíbe a divulgação desses dados.

Entretanto, a decisão a que a empresa se refere trata dos salários dos servidores, e não do seus nomes e sua lotação. A Constituição do Estado do Paraná obriga que empresas públicas divulguem sua relação de funcionários todo mês de março – o que não foi feito pela companhia.

Em 2010, atendendo a uma determinação do governo do estado, a Cohapar passou a publicar a sua listagem de funcionários com os salários. Isso ocorreu antes da aprovação da Lei de Acesso à Informação. O Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge) e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintracon) ingressaram com duas ações contra a companhia, pedindo que a divulgação dos salários de forma nominal fosse suspensa. A Justiça deu ganho de causa aos sindicatos.

Entretanto, a decisão trata de um outro assunto, que é a divulgação dos vencimentos dos servidores. O artigo 234 da Constituição do Paraná exige que o Estado, incluindo a administração indireta (na qual se enquadram as empresas estatais), divulgue anualmente, no mês de março, sua lista de funcionários – incluindo o nome, o cargo que exercem e o local no qual estão lotados. A Cohapar não fez isso.

Para Gil Castelo Branco, diretor da ONG Contas Abertas, trata-se de uma exigência importante. “Essa informação é relevante, até porque as empresas estatais, hoje, são fonte dos principais escândalos de corrupção – veja a Petrobras, por exemplo”, afirma.

A estatal, porém, compreendeu que a decisão judicial que proíbe a divulgação dos salários pormenorizados impeça a divulgação da relação de servidores. A empresa comunicou, ainda, que uma decisão judicial de 2014 permite que os salários sejam divulgados sem a identificação dos funcionários, e que isso deve ser implementado em breve. Um avanço, mas que não ajuda a identificar quem está sendo nomeado livremente para a empresa. (FONTE: CHICO MARÉS/GAZETA DO POVO)

Mais uma do governador Beto e seu líder Romanelli

E o [blogueiro Zé Otávio](#) encontrou mais um assessor daqueles que complicam a vida dos assessorados. Veja o post abaixo:



Romanelli, Edimar e Richa

E o governo Beto Richa não toma jeito. Mesmo com tantos problemas acumulados em virtude das operações comandadas pelo GAECO, que atingiram em cheio membros do seu governo, o o governador e seus aliados continuam nomeando pessoas com com índole, digamos, não convencional.

Fuçando na internet, vi que há poucos dias, o ex-prefeito de Santa Cecília do Pavão, Edimar Aparecido Pereira dos Santos, deixou a 18ª Regional de Saúde de Cornélio Procópio para atuar junto à liderança do

governo Beto Richa, comandada pelo deputado estadual Luiz Cláudio Romanelli (PMDB). Ontem noticiamos que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) julgou irregulares as contas de convênio entre o Município de Santa Cecília do Pavão (Norte Pioneiro) e o Provopar Ação Social, realizado em 2008, na gestão do prefeito Edimar Aparecido Pereira dos Santos. A entidade tomadora, sua ex-presidente e o ex-prefeito devem restituir os recursos de forma solidária, no valor de R\$ 317.350,00, devidamente corrigidos.

Edimar Aparecido Pereira dos Santos também responde a ação de improbidade administrativa com mais sete réus dentre eles o atual prefeito de Nova América da Colina, Ernesto Alexandre Basso (PSDB).
(FONTE: PAÇOCA COM CEBOLA)

Pacientes com câncer têm de tirar olho por falta de equipamento no SUS

Hospital São Paulo, único local do Brasil que faz a cirurgia pelo SUS, ferramenta que custa R\$ 70 mil não é reposta há dois anos

Um equipamento chamado placa de braquiterapia, que custa R\$ 70 mil, pode ser considerado a salvação para pacientes diagnosticados com câncer no olho. O problema é que no Hospital São Paulo, único lugar do Brasil que faz a cirurgia por meio do SUS (Sistema Único de Saúde), a ferramenta não é reposta há dois anos, obrigando os médicos a retirarem o órgão de pacientes.



Placa tem duração de um ano e não é reposta há dois anos no hospital São Paulo

Importada da Alemanha, a placa funciona por um ano e pode atender até 50 pacientes neste período, segundo o médico Rubens Belfort Neto, chefe do setor de oncologia ocular da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), responsável pelo Hospital São Paulo e a Escola Paulista de Medicina. “A gente briga, mas a resposta é que o hospital não tem dinheiro”, explica Belfort Neto.

Segundo o médico, nestes dois anos os pacientes que recebem diagnóstico positivo para tumores malignos no olho precisam necessariamente passar pelo trauma estético e psicológico de ficar cego. “Nós resolvíamos o problema do Brasil inteiro porque éramos o único hospital que fazia esse tipo de tratamento pelo SUS [Sistema Único de Saúde]. Agora nenhum Estado faz e estamos tendo de tirar o olho de todo mundo porque o hospital não tem dinheiro”, diz Belfort Neto.

O oncologista explica que a placa tem o tamanho de um botão. Costurada ao olho do paciente, ela imite um feixe de radiação especificamente no tumor, evitando lesões no cérebro.

“Para evitar a retirada do olho, o único tratamento é com essa placa. Ela é colocada por meio de uma pequena cirurgia. O paciente fica com ela em média dois dias e, quando é retirada, o tumor já está tratado”, afirma Belfort. “A placa dura um ano e serve para tratar, em média, um paciente por semana, cerca de 50 por ano”.

“Quem não tem dinheiro, fica sem olho”

Na rede particular, o tratamento com a placa de braquiterapia chega a R\$ 50 mil, segundo Belfort Neto.

“Quem não tem dinheiro, fica sem olho”, sentencia o médico.

Enquadrada nesta categoria, a dona de casa Maria da Conceição Aves, de 60 anos, foi obrigada a tirar o olho recentemente.



Arquivo pessoal

Maria da Conceição ainda se recupera da retirada do olho. Ela saiu de Montes Claros (MG) para fazer a cirurgia em São Paulo

O diagnóstico foi dado em março e já no último dia 6 ela foi submetida à cirurgia chamada de enucleação no Centro de Oncologia Ocular, do Hospital São Paulo. A cirurgia foi considerada um sucesso e Maria já pôde voltar para a casa de familiares, onde se recupera e aguarda a colocação de uma prótese, que deve acontecer já no próximo mês. Voltar a enxergar, no entanto, já não é mais possível.

Moradora de Montes Claros, em Minas Gerais, Maria da Conceição disse que começou a sentir dificuldade para enxergar no ano passado. Em maio, foi fazer exame oftalmológico na cidade onde mora e descobriu uma mancha no seu olho. Foi então que começou a sua peregrinação. “As vistas começaram a escurecer um pouco. Eu achei que precisava usar óculos. Comecei a ir atrás de médico, mas não tinha na minha cidade”, lembra. Os médicos pediram biópsia para confirmar o diagnóstico, mas o exame teria de ser feito na capital Belo Horizonte. Em outubro, já não enxergava mais.

“Fazia quase um ano que ela tinha descoberto essa mancha, mas não conseguia o tratamento. Os médicos de lá pediram uma biópsia para confirmar o câncer. Mas depois disseram o exame só poderia ser feito em Belo Horizonte. Ela pediu ajuda para prefeitura e eles também não ajudaram. Então a trouxemos para cá”, conta a auxiliar de limpeza Ivonete Pereira das Neves, de 44 anos, sobrinha de Maria da Conceição. Desde então, ela mora em Mauá, no Grande ABC, com a sobrinha e uma irmã.

O diagnóstico positivo para o câncer só veio em março deste ano, quando ela se consultou no hospital São Paulo.

“Nessa hora, senti um troço por dentro. Só não cai no chão porque já estava sentada. O médico falou que tinha tirar o olho. Eu me conformei depois porque, se não tirasse, a doença iria se espalhar”, diz.

“Estava nas mãos de Deus”

Também submetido a cirurgia de enucleação (como é chamada a cirurgia para retirada do olho), o aposentado Antonio Vieira da Silva, de 84 anos, diz que foi fácil aceitar que terá de viver o resto da vida sem um olho. Ele conta que começou a sentir dores no olho no ano passado, tomou remédio e passou. Mas na madrugada do dia 25 de dezembro, quando comemorava o Natal na casa de amigos, sentiu novamente a dor forte no olho, que começou a inchar. Foi levado ao hospital e diagnosticado.



Arquivo pessoal

Antonio Vieira da Silva, de 84 anos, antes da cirurgia. Ele precisou tirar o olho, mas diz que se conformou por causa do risco de o câncer se espalhar

“O médico disse que eu tinha tumor no olho e que, se não fizesse a cirurgia, poderia passar para o outro olho e para o cérebro. Respondi que poderia fazer porque era a vontade de Deus. Não tive medo”. A cirurgia foi realizada no dia 28 de março deste ano e no mesmo dia, ele voltou para casa, em Diadema, no Grande ABC.

Silva se define como “forte como um leão” e diz vai superar mais essa adversidade – há 12 anos, retirou um tumor na próstata. Silva também não vê a hora de voltar a trabalhar. “Sou forte, trabalho até hoje. Faço

pamonha, bolo de milho verde, cocada e cural com minha esposa para ajudar nas contas”, diz. “Vejo bem da outra vista. Estou bem”, afirma. Em duas semanas o aposentado deve receber a prótese ocular.

“Teria vergonha de sair na rua com prótese”

A empresária e modelista Anali Müller Dallmann, de 59 anos, se considera uma pessoa abençoada. Ao contrário de Antônio e Maria da Conceição, ela não precisou tirar o olho ao descobrir o tumor maligno. O câncer foi diagnosticado em 2002 e, na ocasião, o hospital ainda tinha a placa de braquiterapia para o tratamento. Ela, que mora em Pomerode, em Santa Catarina, disse que veio para São Paulo encaminhada pelo serviço de saúde da capital do Estado, Florianópolis. “Eu sentia uma sombra, como se tivesse uma sujeira no olho, que parecia uma rede de pesca”.

“Foi um choque quando descobri. Não é fácil receber a notícia de que tem um tumor maligno”, lembra.

Anali foi operada em julho daquele ano e ficou com a placa por cinco dias, período em que ficou internada no hospital São Paulo. A recuperação foi em casa, para onde voltou de avião, custeado pelo SUS.

Dona de uma pequena confecção, Anali diz que enxergar bem é essencial para que ela exerça a profissão.

“Se tivesse perdido o olho, acho que não teria mais vontade de fazer as minhas coisas. Seria complicado trabalhar também, principalmente no corte, que tem que ser detalhista. Talvez, eu nem tivesse mais a confecção.”

Além disso, seria impossível continuar praticando os seus dois principais hobbies: tiro ao alvo e bocha, atividade para qual tem dedicação diária. “A prótese seria motivo para me isolar em casa. Todo mundo saberia que uso prótese e eu teria vergonha de sair na rua e lidar com as pessoas”.

Doações de empresas

A reposição da placa de Braquiterapia é um dos motivos pelo qual o médico Rubens Belford inscreveu o projeto Centro de Oncologia Ocular, orçado em R\$ 2,1 milhões, no Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica). Criado em 2013 pelo Ministério da Saúde, o Pronon permite que empresas destinem 1% dos impostos sobre os lucros para programas autorizados nessa área. Os empresários escolhem o destino desse valor.

O problema é que o médico tem até 30 de abril para [conseguir doações](#) que somem ao menos 60% do valor do programa. Até o momento foram doados R\$ 650 mil. A meta é chegar a R\$ 1,26 milhões.

A Unifesp confirmou, por meio da assessoria de imprensa, a necessidade da compra da placa de braquiterapia. “Existe a necessidade de compra das placas de rutênio importadas e cotadas em dólar e também de estrutura cirúrgica e de internação”.

A universidade informou ainda que o tratamento com a placa exige quarto individual com banheiro e proteção nas paredes contra radiação. Além de equipes médica e de enfermagem especializada 24 horas por dia.

“Provavelmente esses são os motivos pelos quais renomados serviços, ligados ou não às universidades, em todo o Brasil, não disponibilizam deste tratamento, apesar de contarem com equipe capacitada para realizá-lo”, diz a universidade em nota.

A assessoria também informou que o setor de Oncologia Oftalmológica cuida de câncer e que apenas uma parte teria indicação para o tratamento por meio da placa. Não informou, no entanto, o número de pessoas que estariam aptas a fazê-lo. (FONTE: ANA FLÁVIA OLIVEIRA – IG)